

Um testemunho



O que explica o sucesso e o reconhecimento obtido pelo MEB nos cinco primeiros anos de seu funcionamento (1961-1965)?

A proposta inicial, tomada como base para o decreto presidencial que alavancou sua criação, não era uma proposta avançada. Fundava-se nas experiências das escolas radiofônicas de Natal e de Sergipe, e propunha realizar uma campanha de educação de base, nos termos propostos pela Unesco, para os países considerados subdesenvolvidos. O analfabetismo no período era de mais de 50%, com índices bastante mais elevados no Nordeste. Além de contribuir com a solução desse sério problema, a Igreja pretendia marcar uma posição evangelizadora no meio rural, contrapondo-se à presença do comunismo. Para isto, seria fundamental a expansão das emissoras católicas.

Embora o número de escolas radiofônicas previsto inicialmente tenha sido muito elevado, sua expansão foi lenta nos dois primeiros anos, que podem ser considerados um período experimental. Ao final de 1962, realizou-se o 1º Encontro Nacional de Coordenadores, em Olinda. Neste encontro, os objetivos iniciais e os métodos de ação foram revistos e ampliados. Assumiu-se nova definição para a educação de base, assim como os novos parâmetros de renovação da Igreja dados pelo Concílio Vaticano II. Havia ocorrido também, no período, a elaboração de uma proposta política elaborada por um grupo de ex-jucistas e formalizada com a criação da Ação Popular. Esta proposta deu novos horizontes ao MEB.

O ano de 1963 foi extremamente produtivo. Sob o impulso das conclusões do 1º Encontro e pela liberação de volume maior de verbas pelo governo federal, expandiu-se o número de escolas radiofônicas. Nesse esforço, destacam-se três fatos: a) produção do conjunto didático *Viver e Lutar*, para recém-alfabetizados, visando em especial atender os sistemas do Nordeste; b) diversificação do trabalho do Sistema de Goiânia, com o desdobramento das emissões radiofônicas e a produção do inovador material didático Benedito e Jovelina, para alfabetização e aprofundamento do tra-

balho junto às comunidades rurais, que veio a denominar-se “animação popular”; c) treinamento de líderes para o sindicalismo rural, numa perspectiva de educação sindical. Gestou-se, no período, uma verdadeira pedagogia da participação popular.

Em setembro de 1963, convocado pelo MEC, realizou-se no Recife o 1º Seminário Nacional de Alfabetização e Cultura Popular. O MEB dele participou com ampla delegação, composta pela Coordenação Nacional e por coordenadores dos sistemas em funcionamento. Esse evento fez o MEB retomar os estudos sobre cultura, levando-o a assumir-se como um movimento de cultura popular, ao lado dos demais movimentos com forte atuação no período, entre eles: MCP – Movimento de Cultura Popular, do Recife; CPC – Centro Popular de Cultura, da UNE; De Pé no Chão se Aprende a Ler, de Natal; CEPLAR – Campanha de Educação Popular da Paraíba.

Esse reconhecimento foi impulsionado pela apreensão do livro de leitura “Viver é Lutar” pela polícia do então estado da Guanabara, imediatamente antes do golpe civil-militar de 31 de março de 1964. O governo ditatorial implantado cerceou as atividades do MEB, suspendendo as verbas e vigiando suas atividades, sobretudo nas comunidades rurais. Ao mesmo tempo, a discordância de alguns bispos da orientação assumida nos últimos anos acirrou uma contradição fundamental: os sistemas eram diocesanos, mas a orientação dos trabalhos era definida e assumida nacionalmente. As novas diretrizes para a estruturação e o funcionamento do MEB, aprovadas pelo Conselho Diretor Nacional em meados de 1964, subordinaram os sistemas aos bispos locais e fragilizaram a coordenação nacional. Essas duas ordens de fatos — a pressão do poder político e as divergências internas na própria Igreja — provocaram o fechamento dos maiores sistemas estaduais, em 1966, encerrando o que pode ser considerado “período de ouro” do MEB.

Osmar Fávero